

RESENHA

A Escola Geopolítica Brasileira

COSTA FREITAS, Jorge Manuel.

Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2004.

Francisco José de Matos

Capitão de Mar-e-Guerra (RM1) da Marinha do Brasil, possui os cursos de Comando e Estado-Maior (EGN-1992), Política e Estratégia Marítimas (EGN-2005), Guerra Naval e Estratégia (Escuela de Guerra Naval de Espanha-1996), Gestor Internacional pela COPPEAD-UFRJ (2005) e Mestrado em Ciências Políticas pela UFRJ (2010), atualmente é Coordenador de Estudos Comparativos e Prospectivos do Núcleo de Estudos de Doutrina de Operações Conjuntas da Escola Superior de Guerra.

Jorge Manuel da Costa Freitas nasceu no Distrito de Viana do Castelo, Portugal, em 2 de novembro de 1969. Licenciado em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada de Lisboa, é mestre em estratégia pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. Foi colaborador da Revista Militar, de Portugal, e da Revista da Escola Superior de Guerra, do Brasil.

No livro, editado em 2004, o autor faz uma análise sobre a escola geopolítica brasileira, principalmente no que concerne às obras de Carlos de Meira Mattos, Therezinha de Castro e Golbery do Couto Silva. Apesar da distância temporal entre o lançamento do livro e a resenha, esta se torna bastante oportuna pela vigente ascensão brasileira, nas discussões entre países, nos foros de decisão do poder mundial e também pela necessidade de ser desenvolvido o pensamento geopolítico brasileiro com vistas aos novos desafios que se apresentarão em um futuro próximo.

Costa Freitas, ao longo do livro, aponta um conjunto de obras que configuram uma escola geopolítica brasileira, a qual classifica a geopolítica como ciência auxiliar na formulação de uma política de Estado e que, elaborada no Brasil, caracteriza-se por uma tradição histórica de defesa intransigente da soberania.

Inicialmente, são feitas algumas considerações sobre os fundadores da geopolítica brasileira, que o autor chama de *founding fathers*. Nesse sentido, defende que esses primeiros pensadores valorizaram o espaço geográfico nacional, dado sua grandeza e valor.

A partir dessa apresentação inicial, o autor discorre sobre Golbery do Couto e Silva. Primeiramente, destaca a biografia de Golbery, oficial do Exército Brasileiro, que teve sua carreira militar pautada em uma participação, efetiva e constante, nos acontecimentos políticos do Brasil, entre os anos 1940, 1950 e 1960. Quanto à carreira militar, em seus principais cargos e funções, esteve ligado a Escolas de Altos Estudos, a serviço de Estados-Maiores e Institutos de Pesquisa. Este

binômio, de participação política e carreira voltada para a área de estudos e de planejamento, possibilitou a Golbery exercitar um sólido conhecimento científico traduzido na autoria de livros e trabalhos ligados ao planejamento estratégico e a geopolítica. A partir dos anos 1960, quando passa para a reserva do Exército, já como General, não abandona a vida política. Exerce vários cargos nos governos que se seguiram, sempre voltados para as áreas de assessoramento, inteligência e planejamento estratégico. Aveso aos eventos sociais, Golbery usou da discricção como característica e pautou sua atuação “no esforço de materialização das idéias-força ao programa de governo...” (COSTA FREITAS, 2004, p. 28).

Costa Freitas, após descrever, de forma sucinta e precisa, a biografia e a atuação na área política de Golbery, discorre sobre o pensamento do General. Aponta, então, três marcos fundamentais que constituem a base de suas ideias: “a publicação em 1955 da obra *Planejamento Estratégico*; o surgimento em 1967 da célebre *Geopolítica do Brasil*; e o programa de transição político elaborado em 1980 sob o título *Conjuntura Política Nacional – O Poder Executivo*” (Costa Freitas, 2004, 34). Nessas obras, estão presentes os conceitos de segurança nacional e de planejamento da atividade governamental que vão desembocar na *Política de Segurança Nacional*. Segundo o autor, Golbery conclui que o planejamento da segurança nacional implica a “preservação atual ou futura da soberania nacional, na garantia da liberdade do povo e na certeza de que poderá ele livremente eleger o sistema de vida que mais o seduzir” (COSTA FREITAS, 2004, p. 37).

Apresentado o pensamento, Costa Freitas passa a escrever sobre as teses geopolíticas de Golbery do Couto e Silva. É apresentada, então, a tríade que compões essas teses: doutrina, perspectiva e diretrizes gerais para a ação. Dessa forma, Costa Freitas ressalta na obra de Golbery que política e geopolítica guardam uma proximidade entre si e que a segunda elabora as proposições políticas tomando por base a realidade geográfica, sendo assim, auxilia o Estado na elaboração dos objetivos nacionais permanentes. As análises do espaço político e da situação no âmbito mundial possibilitarão a formulação das diretrizes gerais para a ação.

Na década de 1950, por não estarem ainda ocupados, na visão de Golbery, todos os espaços brasileiros, é necessário conceber o Brasil como um vasto arquipélago. Ele projeta então “um conjunto de tarefas visando à coesão, integração e valorização do território a que dará o nome de *manobra geopolítica concêntrica*” (COSTA FREITAS, 2004, 43). Em 1960, em sua obra *Aspectos Geopolíticos do Brasil*, Golbery aperfeiçoa a obra anterior introduzindo novos conceitos definindo a noção de um *heartland central e a de áreas geopolíticas*. A ideia-chave da manobra geopolítica “se resume na incorporação efetiva e na vitalização de amplas zonas vazias de enriquecimento humano” (COSTA FREITAS, 2004, p. 46).

Definidas as diretrizes internas, Costa Freitas enumera as diretrizes externas e um vetor-chave é considerado na análise da posição brasileira: a conjugação da extensa faixa marítima com a ampla massa territorial a integrar. Além disso,

as diretrizes externas são fortemente influenciadas pela conflitualidade bipolar existente na época. Nesse sentido, Costa Freitas ressalta a existência de outros vetores importantes usados por Golbery:

- um núcleo central altamente sensível a ameaças externas vindas do mar e a perturbações internas instigadas de fora;
 - uma zona de vulnerabilidade máxima: o Nordeste;
 - a fronteira com o Uruguai até o Mato Grosso, vulnerável a ameaças regionais;
- e
- o Atlântico Sul como elemento imprescindível a manutenção da segurança e do desenvolvimento brasileiro.

Costa Freitas ressalta ainda três destaques importantes na obra de Golbery:

- sobre análise da América do Sul uma conclusão bastante atual: “a formação de uma comunidade sul-americana que tudo terá a ganhar de uma união sincera e ativa de energias na luta contra o subdesenvolvimento e a fraqueza econômica” (COSTA FREITAS, 2004, p. 50);

- a Teoria dos Hemiciclos: que, a partir do centro a noroeste do núcleo central, projeta uma série de hemiciclos em direção ao Atlântico e ao Leste. A partir destes hemiciclos, Golbery define as ameaças ao Brasil existentes em sua época, concluindo que a principal ameaça provinha de um agressor potencial: a União Soviética; e

- a previsão da assunção do Brasil como potência emergente do Sistema Internacional.

Sistematizando o que já foi dito anteriormente, Costa Freitas afirma que Golbery, em seus estudos, considerou como propósitos: o nacionalismo; a adoção da doutrina de contenção como meio de deter a expansão soviética; a elaboração da teoria dos hemiciclos concêntricos para definir prioridades; e a adoção do conceito de Ocidente como elemento-programa de geopolítica.

Seguindo-se o livro, Costa Freitas passa a tratar da obra de Carlos de Meira Mattos. Como antes, inicia fazendo uma breve biografia de Meira Mattos, em que são ressaltados os elementos que permitiram que este desenvolvesse sua obra.

Meira Mattos foi ilustre militar do Exército Brasileiro que chegou a General-de-Divisão. Fez todos os cursos de carreira e, como Golbery, exerceu cargos políticos como: Interventor Federal em Goiás e subchefe do Gabinete Militar da Presidência da República. Como capitão integrou a Força Expedicionária Brasileira, na Itália e, mais tarde, como General, comandou o Destacamento Brasileiro e a Brigada Latino-Americana da Força Interamericana de Paz, na República Dominicana, em 1965. Esteve ligado à pesquisa e ao ensino tendo sido chefe de assuntos políticos da Escola Superior de Guerra e vice-diretor do Colégio Interamericano de Defesa, em Washington. Já, na reserva, doutorou-se em Ciência Política pela Universidade Mackenzie de São Paulo sendo Diretor do curso de pós-graduação em Estudos Brasileiros daquela universidade. É autor de várias obras e foi conferencista em múltiplas instituições brasileiras e estrangeiras.

Costa Freitas assinala que Meira Mattos defendia as relações geográficas, compreendidas politicamente, que deviam estar contidas na política de governo. Quanto ao enfoque da obra, aponta como fundamentais: a integração da Amazônia; o Brasil como *potência mundial em expansão*; e a capacidade do *homem brasileiro* de construir uma civilização dos trópicos. Nesse sentido, Meira Mattos diferenciava claramente a Amazônia, pensada em termos nacionais, da Pan-Amazônia, visão global dessa macro-região.

Costa Freitas descreve como Meira Mattos inicia sua obra lançando as bases de uma geopolítica brasileira que, com origem em estudos geoestratégicos, define “conceitos-operativos diretamente ligados ao despertar de uma continentalidade que paulatinamente vai saindo de uma letargia através da superação crescente dos estímulos ambientais pelo elemento humano” (COSTA FREITAS, 2004, 67). Nesse sentido, Meira Mattos aponta a vontade política de vencer o desafio colocado pelo espaço amazônico como fundamental para a incorporação da Amazônia legal ao espaço nacional. São, por exemplo, medidas ligadas a essa decisão, a transferência da capital do litoral para o interior e a criação da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

Os conceitos-operativos usados por Meira Mattos, apontados por Costa Freitas, giram entorno das premissas segurança e desenvolvimento, marcando de “forma indelével todas as eventuais estratégias tendentes à solidez e progresso político-econômico interno e à projeção internacional do país” (COSTA FREITAS, 2004, p. 70). Sendo assim, a confiança nas qualidades e capacidades do *homem brasileiro* é fundamental para vencer os desafios da geopolítica de continentalização. Já em relação a Pan-Amazônia, a teoria tem por característica “o respeito à soberania dos Estados da região e o incitamento à solução comunitária na programação dos projetos de índole integradora” (COSTA FREITAS, 2004, p. 72). O Tratado de Cooperação Amazônica, estabelecido em 1978, é um marco importante de efetivação de sua teoria.

Costa Freitas apresenta outra importante teoria de Meira Mattos, a *Projeção Mundial do Brasil*, que afirma as condições brasileiras de aspirar um lugar entre as grandes potências. Brasil e China são vistos, na década de 1970, como as nações que reúnem, comparativamente, maiores condições de subir de categoria. Mas, para tal, “a prossecução e a manutenção do progresso econômico-social, assente na democracia com autoridade, têm como preço a segurança externa e interna” (COSTA FREITAS, 2004, 80).

Costa Freitas menciona ainda outra teoria: a *Civilização dos Trópicos*. A integração Pan-Amazônica potencializará a assunção do Brasil como potência, podendo o país construir uma civilização dos trópicos. Meira Mattos refuta apreciações de que o clima da região e a miscigenação de raças sejam um fator impeditivo do progresso da região. Seu paradigma de pensamento é que o *homem brasileiro*, orgulhoso de sua mistura racial, com propósito realista e capacidade

empreendedora, será capaz de superar qualquer desafio do meio que a ele se apresenta.

Resumidamente, Costa Freitas enumera os princípios básicos do pensamento de Meira Mattos:

- interesse devotado à posição geográfica do Brasil;
- discrepância entre potencialidades e condição de desenvolvimento econômico;
- planos de ação e diretrizes para corrigir vulnerabilidades básicas;
- existência de cerco hispânico ao Brasil na América do Sul;
- importância do Atlântico Sul para o Brasil; e
- reafirmação da tese que o Brasil pode se tornar potência mundial.

Finalmente, Costa Freitas aponta como inovação temática na obra de Meira Mattos a projeção mundial brasileira que trará alguns efeitos em relação à segurança do país causando o alargamento do perímetro defensivo que deve incluir os países africanos limítrofes ao Atlântico e também a Antártica. Além disso, aponta a cooperação regional como fator de segurança fazendo com que as ameaças passem a ter sua origem em blocos extracontinentais.

A continuação do livro traz a análise da obra de Therezinha de Castro. Nascida no Rio de Janeiro, diplomada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia, trabalhou no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) junto com Delgado de Carvalho, que foi seu mestre e exerceu influência em seus estudos de geopolítica. Professora do Colégio Pedro II, foi autora de diversas obras, fez parte do corpo permanente da ESG e foi conferencista durante vários anos em vários institutos de ensino superior militares.

Costa Freitas classifica Therezinha de Castro como componente de uma terceira geração de autores da Escola Geopolítica Brasileira. Caracteriza seu pensamento como “brasileiro, analítico, pragmático e direcionado para a definição de linhas de força operativas, passíveis de servirem de orientação à sede do poder político” (COSTA FREITAS, 2004, 89). O núcleo central da obra de Therezinha de Castro observa dois importantes elementos: o reforço do papel histórico-político a ser desempenhado pelo Brasil na América e no mundo; e a elaboração de uma geopolítica e geoestratégia para a Amazônia e para a Antártica.

Segundo Costa Freitas, ela concebe a região amazônica como um subsistema dentro da América do Sul, ressaltando a importância do Brasil nesse subconjunto classificando-a como primordial e clara. Reservada para o país a posse exclusiva da foz e da maior parte da bacia desse complexo hídrico lhe é dado o controle do *hinterland* amazônico. Nesse sentido, com base no contexto político-econômico, condicionado pelas assimetrias socioeconômicas e pelos baixos índices de ocupação humana, a diretriz geopolítica principal, visualizada por Therezinha, é “... estruturar-se-á, pois, entorno da obra colossal de integração a ser desenvolvida e implementada...” (COSTA FREITAS, 2004, p. 95). Ela traz ainda, para a discussão, uma

dupla valoração, interna e externa: “De um lado, o princípio da soberania nacional sobre a Amazônia, e de outro, a crescente afirmação de uma responsabilidade mundial quanto à gestão desse patrimônio da humanidade” (COSTA FREITAS, 2004, 96).

Costa Freitas observa que Therezinha vislumbra um novo ciclo geopolítico caracterizado pelo fim da Guerra Fria, ocorrendo a substituição do imperialismo militar por um neocolonialismo econômico definido em termos de um eixo Norte-Sul. Com a redescoberta da Amazônia, aguça a cobiça internacional sobre a região. Para amenizar este fato e contribuir para o relacionamento mundial é necessário que se incremente a transferência de tecnologia feita no sentido Norte-Sul e de financiamento externo de projetos na área de preservação. Na perspectiva interna, a adoção de medidas práticas que acelerem o desenvolvimento da região ajustando-se ao preceito *integrar para não entregar*. Perante esse cenário “a geoestratégia da Amazônia deve manter-se fiel ao princípio da salvaguarda dos interesses nacionais”. (COSTA FREITAS, 2004, p. 102).

Outro importante item da obra de Therezinha de Castro ressaltado por Costa Freitas é a Antártica. Considerando o ambiente caracterizado pelo imperialismo econômico, a Antártica, por suas potencialidades, constitui “base de alerta, interceptação e partida em qualquer emergência que venha afetar a defesa do Atlântico Sul” (COSTA FREITAS, 2004, p. 104). Nesse sentido, Therezinha desenvolveu sua *teoria da defrontação*, que se baseia em fatores estratégicos e aspectos relacionados a poder-prestígio e provê a ocupação de um setor brasileiro na Antártica, que reforça a projeção internacional do Brasil.

Costa Freitas aponta ainda a análise pragmática desenvolvida por Therezinha em relação à nova ordem internacional de sua época, pós-Guerra Fria, que alerta para os perigos que afetam o Brasil em face da futura configuração de poderes, dentre eles:

- imposição de políticas neoliberais em países em desenvolvimento;
- destruição do conceito de Estado nacional soberano;
- imposição de *apartheid* tecnológico; e
- desvalorização e sucateamento das Forças Armadas.

Em consequência desses perigos Therezinha de Castro só via duas linhas de conduta possíveis de serem empregadas pelo governo brasileiro: a acomodação em relação à exigência dos promotores da nova ordem ou o resgate de uma política independente e soberana nas relações internacionais assim como o respeito ao princípio da igualdade das nações. Na análise desses três grandes autores, Costa Freitas pode observar que existe um fio condutor entre suas obras, o que configura a existência de uma Escola Brasileira de Geopolítica, em que fica caracterizada a existência de uma propensão de se traçar estratégias que vão orientar o poder político em suas decisões. Espaço, posição e fronteiras são elementos fundamentais nos estudos que determinam a importância do Brasil em sua região e sua ascensão

nos foros mundiais de poder, mostrando que o país tem condições de desempenhar um papel de primeira grandeza na nova ordem internacional.

A grande reflexão proporcionada no livro *A Escola Geopolítica Brasileira*, de Costa Freitas, não se encontra nas considerações acerca de uma possível Geopolítica, mas sim na análise do impacto da obra dos três principais autores comentados e a consequência de seus pensamentos para a política brasileira. A atualidade das questões abordadas, considerando que as principais teorias geopolíticas apresentadas podem ser reestudadas, aliada a uma argumentação direta e de fácil compreensão, faz da obra em pauta uma leitura obrigatória para aqueles interessados em ampliar a compreensão acerca da geopolítica na nova ordem decorrente da reconfiguração dos pólos de poder nas diversas estruturas (econômica, militar, ideológica e cultural) do sistema internacional.